

Entender o actual processo de «terciarização»: das teses às dúvidas*

0. OS CIENTISTAS E AS ESTATÍSTICAS: QUANDO OS PRIMEIROS DIFICILMENTE SE DEIXAM IMPRESSIONAR PELAS SEGUNDAS

A crescente terciarização dos países avançados constitui um dos traços mais marcantes da actualidade. Aparentemente incontroversa, esta afirmação não deixa de se revelar *paradoxal* se a analisarmos com algum cuidado: como é possível que um dos processos considerados centrais não só para a caracterização, mas também para o progresso e a modernização das sociedades contemporâneas, se baseie num conceito — o de *terciário* — definido de forma residual e, para mais, abarcando actividades muito heterogéneas? Por outras palavras, será que o «resto» ocupa agora uma posição nuclear, abandonando o estatuto subalterno que tradicionalmente lhe tem sido atribuído para conquistar um papel de relevo na explicação dos mecanismos que modelam as sociedades actuais? E, em caso afirmativo, qual a génese e o significado dessa mudança?

Diversos autores têm sublinhado o facto de a informação estatística disponível revelar uma participação crescente das actividades terciárias no conjunto da produção, das despesas familiares e, sobretudo, do emprego, tendência bem evidente após a crise dos anos 30 e nos países mais avançados. Esta verificação tem tido, no entanto, repercussões demasiado lentas; como refere Daniels (1985), citando Channon, «os serviços¹, apesar do facto de, nos países mais desenvolvidos, estarem a substituir, ou terem já

* Texto elaborado no âmbito da primeira fase do projecto n.º 87 410 da JNICT: «Terciarização e inovação social. Reestruturação organizativa e recomposição dos mercados de trabalho em diferentes contextos geográficos.» A versão final deste texto deve bastante às críticas e sugestões apresentadas pelos restantes membros da equipa de investigação (Ana Cristina Catita, Álvaro Domingues, José Afonso Teixeira e Teresa Sá Marques) e ainda por António Firmino da Costa e Maria Alexandre Lousada.

¹ «Serviços» e «terciário» surgem, ao longo deste texto, com significados próximos, mas não totalmente coincidentes. O recurso a uma ou outra destas designações prende-se com a existência de perspectivas interpretativas distintas: «terciário», e sobretudo «sector terciário», são referidos preferencialmente pelos apoiantes da teoria dos sectores económicos. A partir de meados da década de 60, contudo, essas designações têm vindo a perder peso a favor da referência a «serviços», por razões que adiante serão expostas. No entanto, esta distinção nem sempre é suficientemente clara, verificando-se que diversos autores utilizam os diferentes termos como sinónimos.

Embora a preferência do autor deste texto recaia sobre a designação «serviços», as restantes designações serão inevitavelmente referidas durante a apresentação de algumas das perspectivas comentadas.

substituído, o sector manufactureiro como fonte dominante de emprego, continuam a ser as actividades *cinderela* quer dos investigadores, quer dos políticos» (p. 14).

Esta situação de relativo desconhecimento não deixa de reflectir a forma subalterna ou mesmo depreciativa com que muitos autores têm encarado as actividades terciárias. Prolongando velhos preconceitos, que não raro mergulham teoricamente nalguns escritos (ou em interpretações que posteriormente lhes foram atribuídas...) de A. Smith e K. Marx, continua arraigada uma visão quase miserabilista do papel dos serviços, quando comparados com outras actividades, em particular a indústria: carácter improdutivo, estruturalmente dependentes, pouco permeáveis a transformações organizacionais e tecnológicas e, por isso, incapazes de elevados ganhos de produtividade, reduzidos efeitos multiplicadores, pouco exportadores, fraca competitividade externa, etc. (Marshall, 1988).

A persistência de uma forte «pregnância da ideologia industrial» (Barcet, 1988) não impediu, contudo, que nos últimos 50 anos, mas com particular expressão somente a partir da segunda metade da década de 70, se tenham verificado valiosos contributos, por parte de diversos autores, para um melhor entendimento da «questão terciária».

O modo como o *processo de terciarização* tem sido encarado reflecte, basicamente, duas ópticas distintas: para uns, «terciarização» é a *expansão do sector terciário, isto é, do conjunto das actividades produtoras de bens imateriais e intangíveis*; para outros, corresponde sobretudo a um *movimento de reestruturação dos sistemas produtivos, verificando-se um processo de transformação intersectorial baseado na crescente integração das actividades secundárias (e, em menor escala, agrícolas) e terciárias*.

Uma análise, naturalmente sumária², das linhas de força dessas perspectivas (quadro n.º 1) permitirá não só identificar e sistematizar os contributos mais importantes de cada uma delas, mas ainda delimitar os principais focos de tensão que têm animado o debate sobre a «questão terciária». Será então possível propor um primeiro esboço de esquema metodológico que, incorporando diversos aspectos positivos das contribuições anteriores e tentando simultaneamente superar algumas das limitações detectadas, aponte para uma compreensão mais rigorosa do actual movimento de reestruturação dos serviços, encarado no âmbito da recomposição geral das sociedades contemporâneas.

1. A TERCIARIZAÇÃO COMO EXPANSÃO DO SECTOR TERCIÁRIO: «O ESCRITÓRIO SUBSTITUI A FÁBRICA» (GOTTMANN, 1983)

Cabe a Fisher e Clark (ver quadro) o mérito de, pela primeira vez, terem autonomizado o conjunto das actividades terciárias, integrando-as num corpo teórico que pretendia dar conta do crescimento económico veri-

² Diversas sistematizações dos contributos para a compreensão do avanço das actividades (profissões) terciárias têm sido propostas: veja-se, sobretudo, Daniels (1985), Bailly e Maillat (1986), Ochel e Wegner (1986), Momigliano e Siniscalco (1986), Delauny e Gadrey (1987), Howells (1987) e Teixeira (1987).

ficado nos países mais avançados. Partindo da observação das modificações ocorridas ao nível da estrutura sectorial do emprego (a agricultura perdendo peso em relação à indústria e, mais tarde, esta última a favor das actividades terciárias), e relacionando essas transformações com o progresso económico entretanto verificado, foi possível elaborar o que geralmente se veio a apelar de *teoria dos (três) sectores económicos*.

O raciocínio era simples, mas inovador: a melhoria do nível de vida das populações traduzia-se por um aumento do rendimento disponível *per capita*, que, por sua vez, se reflectia numa maior procura de serviços individuais, em particular os menos banais. Por outras palavras, o progresso económico (avaliado pelo nível do rendimento *per capita*) implicaria necessariamente uma modificação da estrutura do consumo das famílias, favorável aos serviços, em geral, e aos mais avançados, em particular. A expansão do emprego nas actividades terciárias traduzia justamente essa maior procura.

Posteriormente, autores como Stigler, Fuchs ou Fourastié (ver quadro) contribuíram de forma decisiva para consolidar um segundo factor explicativo do avanço do emprego do sector terciário: a existência de diferenciações sectoriais de produtividade. Invocando diversos argumentos, como a menor permeabilidade ao progresso técnico ou a maior insensibilidade a economias de escala, estes autores defenderam que as actividades terciárias alcançariam índices de produtividade inferiores aos dos restantes sectores, pelo que o aumento da procura se traduziria, de forma inevitável, por um avanço mais marcado do emprego; isto é, as actividades terciárias seriam estruturalmente intensivas em trabalho. *Modificações no perfil do consumo das famílias e diferenciações sectoriais de produtividade concorriam, portanto, para favorecer a expansão do emprego nas actividades terciárias.*

Este conjunto de ideias foi posteriormente enriquecido e em parte reformulado, sem que, contudo, se tenham posto em causa as suas ideias-chave: os principais factores explicativos e, sobretudo, o significado de «terciarização».

Por exemplo, a consideração da estrutura (sub)sectorial do emprego, não só em termos quantitativos (total de população activa em actividades terciárias), mas também em termos qualitativos (tipo de profissão), levou alguns autores a proporem um quarto (Gottmann, 1961) ou mesmo quinto sector (Abler e Adams, 1977). A identificação de diferentes níveis de qualificação e de capacidades distintas de decisão, ou ainda a oposição entre actividades tradicionais (em regressão virtual ou potencial) e modernas (em expansão), vieram permitir questionar o critério de segmentação sectorial até aí utilizado de forma claramente dominante: a natureza do produto/da actividade, com base na homogeneidade da matéria-prima ou do produto (bem/serviço) final. Este critério presidia não só à distinção entre os três sectores fundamentais, mas ainda à autonomização de subconjuntos no interior de cada um deles; trata-se, afinal, da classificação por *ramos*, institucionalizada e largamente divulgada pelos diferentes aparelhos estatísticos oficiais e que no caso específico do sector terciário tendia a distinguir o comércio, a banca, os seguros, o ensino, a saúde, etc.

Mas, simultaneamente, algumas associações menos felizes, porque demasiado apressadas e simplistas, entre os princípios da teoria dos sectores económicos propostos por Fisher e Clark e as ideias de Rostow acerca

Breve caracterização das principais teses sobre a «questão terciária»

Perspectivas principais (autores e obras mais significativas)	Significado de «terciarização»	Principais factores explicativos	Indicadores privilegiados	Principais critérios de classificação dos serviços
<p>TEORIA DOS (3) SECTORES ECONÓMICOS</p> <p>A. G. Fisher (33, 35, 39, 52) C. Clark (40) J. Fourastié (49, 52) G. J. Stigler (56) W. W. Rostow (63) V. R. Fuchs (68)</p>	Expansão do sector terciário, isto é, das actividades produtoras de bens imateriais e intangíveis	Evolução da estrutura do consumo das famílias Diferenciações sectoriais de produtividade	Estrutura sectorial do emprego (Estrutura das despesas familiares)	Natureza do produto (homogeneidade/classificação por ramos)
<p>EXTENSÕES DA TEORIA DOS 3 SECTORES ECONÓMICOS</p> <p>J. Gottmann (61) R. Abler e J. S. Adams (77)</p>			Estrutura ocupacional das actividades terciárias	Idem + estrutura ocupacional
<p>ADVENTO DA SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL (A) /ECONOMIA DA INFORMAÇÃO (B)</p> <p>A — A. Touraine (69) D. Bell (73) B — F. Machlup (62) M. Porat (77)</p>			A — Evolução dos níveis de instrução e conhecimento técnico/maior intervenção do Estado B — Evolução das tecnologias de informação e dos sistemas de telecomunicações	Emprego (volume e estrutura ocupacional) e produto das actividades relacionadas com conhecimento (A) /informação (B)
<p>EXPANSÃO DOS SERVIÇOS INTERMÉDIOS</p> <p>H. I. Greenfield (66) M. A. Katouzian (70) M. Polèse (74) Y. Saboto (75) H. C. Browning e J. Singelmann (75, 78) J. I. Gershuny (78) T. M. Stanback (79, 81) A. Lipietz (80) F. Momigliano e D. Siniscalco (80, 82, 86) M. Braibant (82) J. I. Gershuny e I. Miles (83) T. J. Noyelle (84, 87) A. Barcet <i>et al.</i> (84) J. de Bandt (85)</p>	Processo de transformação intersectorial/reestruturação dos sistemas produtivos	Crescente integração das actividades secundárias e terciárias	Estrutura do emprego (volume e composição ocupacional) e do produto Fluxos intersectoriais (QES)	Mais diversificados: Natureza dos mercados Natureza do processo produtivo Natureza do produto Etc.

das várias etapas do crescimento económico contribuíram para divulgar leituras abusivamente generalizadoras e mecanicistas da evolução das várias sociedades — que passariam por uma sucessão idêntica de estádios, ainda que desfasadamente no tempo —, cuja total responsabilidade seria injusto atribuir àqueles autores.

As teses do *advento duma sociedade pós-industrial* (Touraine, Bell) ou *duma economia da informação* (Machlup, Porat) constituem a elaboração mais sofisticada no seio do conjunto de contributos que, pretendendo entender o avanço do processo de terciarização, continuam a encará-lo sob uma óptica basicamente sectorial, à maneira de Fisher e Clark.

Em ambos os casos se defende, para os países mais avançados, a passagem gradual, mas inevitável, a uma economia *pós-material*, isto é, em que os serviços polarizam a maioria do consumo, das actividades económicas

e do emprego. Aos factores explicativos tradicionais — evolução da estrutura das despesas das famílias e existência de diferenciações sectoriais de produtividade — adicionam-se agora outros.

Para os apoiantes da emergência de uma sociedade pós-industrial, o papel motor que o *conhecimento* desempenha no desenvolvimento das sociedades avançadas implica a expansão privilegiada das profissões e actividades que contribuem para a crescente qualificação do capital humano. A necessidade de elevar os níveis de instrução e conhecimento técnico e o consequente progresso de domínios como a educação e a investigação reforçam tendências anteriores para a crescente afirmação das actividades não produtoras de bens materiais.

A tónica dos defensores da emergência de uma economia da informação é distinta: evolução das tecnologias de informação e dos sistemas de telecomunicações, acompanhada pela progressiva expansão e especialização (compartimentação) das tarefas de produção, processamento, armazenamento e distribuição da informação. Mas o paralelismo de argumentação (*conhecimento/informação*), dentro do contexto restrito em que o contributo destes autores é aqui analisado, não deixa de ser evidente. Em certo sentido, trata-se de uma interpretação mais social (a da passagem a uma sociedade pós-industrial) ou tecnocrática (economia da informação) de uma mesma tendência que, em ambos os casos, é considerada fulcral para o progresso das sociedades actuais: a crescente importância que se reconhece à produção e circulação das *ideias* e do *saber*.

Embora a alguma distância, Bell ou Touraine localizam-se, ainda assim, no mesmo território que Fisher e Clark. Porquê? Porque todos eles não só *acreditam que o progresso acarreta inevitavelmente o recuo da base material das sociedades actuais, como encaram positivamente, de um modo geral, essa tendência*. Assim se opõem, por um lado, aos defensores do processo de terciarização como reestruturação dos sistemas produtivos (perspectiva que analisaremos de seguida) e, por outro lado, àqueles que, embora reconhecendo a crescente «desindustrialização» das sociedades mais avançadas (Blackaby, 1978, Bluestone e Harrison, 1982), sobrelevam os aspectos negativos dessa situação³.

Outros elementos, em parte corolários do anterior, tendem a unir os vários autores referidos. Uma visão demasiado *autónoma* do conjunto das actividades terciárias traduz-se por explicações basicamente «autocentradadas», isto é, em que, em grande medida, se justifica a expansão verificada por factores internos ao próprio sector, ignorando as interações que se estabelecem com os restantes. Também uma leitura demasiado *agregada*, não só no caso do sector terciário⁴, como das actividades ditas de conhecimento e informação⁵, dificulta a identificação de tendências diversificadas,

³ Diminuição da produtividade global e da competitividade internacional, condições menos favoráveis de um segmento crescente do mercado de trabalho (ocupação a tempo parcial, baixos salários, precariedade, perspectivas inferiores de promoção, tarefas muito rotinizadas), etc.

⁴ Situação tanto mais incorrecta quanto o carácter residual deste tipo de actividades se traduz inevitavelmente por uma grande heterogeneidade interna.

⁵ Para Porat (1977), por exemplo, as actividades de informação incluem todo o tipo de bens, infra-estruturas e serviços relacionados com a informação, incluindo, portanto, desde a produção de computadores e aparelhos de rádio à construção de escolas e bibliotecas e à prestação de serviços, como a investigação e a comunicação social.

que assim se ocultam por detrás de comportamentos médios que sugerem a possibilidade de *explicações globais*. Finalmente, os aspectos anteriores, integrados numa perspectiva que se pretende estrutural, isto é, dando conta das transformações profundas que caracterizam a recomposição das sociedades contemporâneas, proporcionam (ou podem proporcionar) uma leitura demasiado *mecanicista*, de idêntica sucessão de fases ou etapas, que alguns autores têm designado por «fisiologia económica» (Cuadrado Roura e González Moreno, 1987).

2. A TERCIARIZAÇÃO COMO COMPONENTE DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS: «OS SERVIÇOS FORAM, DURANTE MUITO TEMPO, O INCONSCIENTE DA PRODUÇÃO» (GADREY, 1988).

Dado que as teses que encaram o actual processo de terciarização enquanto resultado de transformações intersectoriais se configuraram, em larga medida, como reacção à(s) perspectiva(s) anterior(es), é compreensível que o pêndulo das preocupações se desloque agora para o pólo oposto.

A visão demasiado autónoma e compartimentada que os autores referidos possuíam dos vários sectores é, desde logo, severamente criticada. Afirma Hirschhorn (1987): «Podemos caracterizar este período (recente), não tanto pelo declínio da indústria e pela ascensão do terciário, mas antes pelas modificações da relação existente entre esses dois sectores. Com efeito, nem o sector industrial desapareceu, nem os serviços substituíram a produção de bens» (p. 25).

Uma leitura mais integrada das diversas actividades e a crítica da identificação mecânica entre expansão do emprego e do produto «terciários» e recuo da base material das sociedades actuais — aspectos, aliás, inter-relacionados — constituem as duas traves-mestras da argumentação que vai agora ser desenvolvida.

Os factores de terciarização tradicionalmente apontados no âmbito da teoria dos sectores económicos — evolução da estrutura do consumo das famílias favorável à procura de serviços finais superiores e baixa produtividade do sector terciário — são postos em causa.

Gershuny (1978), Gershuny e Miles (1983) e Archambault (1985), por exemplo, sublinharam o facto de a melhoria do nível médio de vida das populações e a crescente propensão para o consumo não se traduzirem tanto, em termos relativos, por uma maior procura de serviços finais, mas antes pela aquisição de equipamento doméstico. A produção em massa de bens de consumo duradouro, o desenvolvimento de infra-estruturas (rede viária, comunicações, energia, etc.) e a ocorrência de aumentos de preços de diversos serviços superiores aos que se verificaram em relação a produtos industriais, num contexto de significativas modificações sociais e culturais, justificam que, no período do pós-guerra, e sobretudo a partir da década de 60, os agregados domésticos tendam a incorporar um número crescente de funções⁶. Assim se verifica a substituição, mesmo que parcial,

⁶ O que não nega, contudo, a tendência estrutural para os agregados domésticos intensificarem a satisfação das suas necessidades através do recurso a serviços mercantilizados.

dos transportes públicos pelo automóvel privado, do cinema pela TV e pelo vídeo, da lavandaria pela máquina de lavar, etc. No futuro, e como consequência da implementação de novas formas de acesso aos serviços a partir do domicílio, a mesma tendência poderá ocorrer, com igual intensidade, em domínios como, por exemplo, a saúde ou a educação. Esta *terciarização da produção doméstica*, para além de revitalizar o agregado familiar como unidade produtora, ao desenvolver serviços domésticos (parcialmente) substitutos do mercado, acarreta um notável incremento das actividades de reparação e manutenção de equipamento — isto é, dos *serviços intermédios ao consumidor* —, ao contrário do que sucede com um grande número de serviços pessoais (finais), como o barbeiro ou o cinema, em declínio mais ou menos evidente.

Afastando-se, pois, dos pressupostos da teoria dos sectores económicos, e talvez com a excepção de algumas áreas relacionadas com a ocupação de tempos livres, *é o segmento da procura intermédia, e não final, dos serviços destinados aos agregados domésticos que evidencia um dinamismo particularmente activo nos últimos anos.*

O segundo pilar explicativo de Fisher e Clark — baixa produtividade estrutural do sector terciário — tem sido igualmente criticado, sobretudo com base em três tipos de argumentos. Em primeiro lugar, invoca-se a necessidade de levar em conta que os tradicionais instrumentos de avaliação de produtividade foram concebidos para bens materiais, pelo que a sua inadequação no domínio dos serviços (como se mede a produtividade de um médico?) é bem evidente. Por outro lado, e mesmo recorrendo aos métodos de avaliação convencionais, verifica-se que alguns serviços de apoio à produção, onde formas organizacionais e tecnológicas mais sofisticadas têm sido adoptadas, alcançam índices semelhantes aos de diversos ramos industriais. Finalmente, torna-se indispensável considerar os efeitos multiplicadores que incidem sobre outras actividades (produtividade indirecta), não restringindo a avaliação dos resultados obtidos unicamente aos serviços em análise. É verdade que diversos serviços finais, pouco automatizáveis e bastante intensivos em mão-de-obra, dificilmente poderão conquistar incrementos de produtividade significativos. Este facto, no entanto, não parece retirar valor ao sentido fundamental da crítica que diversos autores têm vindo a desenvolver, *questionando a tese da incapacidade estrutural de os serviços melhorarem, de forma substancial, a sua produtividade.*

Ora, se a evolução da estrutura do consumo das famílias beneficia sobretudo os serviços intermédios, e não a procura final, como vulgarmente se defendia, e se as diferenças sectoriais de produtividade não são tão decisivas como se pensava, é difícil atribuir o fundamental da expansão dos serviços (emprego e produto) aos factores tradicionalmente indicados no âmbito da teoria dos sectores económicos. A que se deverá, então, esse avanço? Aos factores suplementares sugeridos pelos defensores da emergência da sociedade pós-industrial ou da economia da informação?

Não é essa a opinião dos que encaram a terciarização basicamente como um processo de transformação intersectorial. Na generalidade, os diversos autores que se colocam nesta óptica (ver quadro) apontam antes a *crescente integração das actividades secundárias e terciárias, entendida num contexto de reestruturação dos sistemas produtivos*, como factor explicativo central.

Uma afirmação deste tipo implica algumas modificações significativas em relação às perspectivas atrás analisadas.

Por um lado, os *critérios que presidem à segmentação interna das actividades terciárias* não contemplam apenas, nem sequer principalmente, a natureza do produto, estendendo-se a outros aspectos, como a natureza dos mercados e dos processos produtivos. Conhecer *o que se produz* (classificações convencionais, por ramos) não basta; torna-se indispensável levar em conta *para quem se produz* — daí a importância da proposta «histórica» de Greenfield (1966), que, à imagem da partição sugerida por Kuznets (1938) para os bens, distingue os serviços orientados para o consumidor (*consumer services*) e os que se destinam a apoiar as actividades produtivas (*producer services*) — e ainda *como se produz* (Stanback, 1979, Noyelle, 1984).

Por outro lado, o maior dinamismo evidenciado pelos serviços de apoio à produção e a crescente convergência de formas organizacionais, tecnologias e condições de emprego entre diversos segmentos da indústria e dos serviços confirmam, de forma inequívoca, a *não possibilidade de se entender a expansão das actividades terciárias de uma forma agregada e unicamente com base em factores internos ao próprio sector*.

Também a *análise dos fluxos intersectoriais*, através do recurso a matrizes de *input-output* (quadros de entradas e saídas — QES), permite insistir na crescente integração das actividades secundárias e terciárias, salientando o papel decisivo desempenhado pelos serviços intermédios às empresas na actual reestruturação dos sistemas produtivos.

Finalmente, a *identificação do processo de terciarização não só com a expansão das actividades terciárias, mas também com o avanço das profissões terciárias* (gestão, comercialização, serviços administrativos subalternos, limpeza e segurança das instalações, etc.) *da agricultura e sobretudo da indústria* (isto é, o que Lipietz, 1980, designa por «terciário interno»), ajuda a romper, em definitivo, com a visão sectorial de «terciarização» subjacente às perspectivas anteriores⁷ e, por consequência, com os vários corolários que inevitavelmente se lhe associam.

Em suma, de uma visão em grande medida estanque e global das actividades terciárias, cuja expansão surge estreitamente associada à evolução dos serviços finais, passa-se agora para uma leitura que, pelo contrário, privilegia os processos de integração intersectorial, reconhece a heterogeneidade de comportamentos no seio das actividades terciárias (e, portanto, a diversidade de elementos explicativos) e sobrealça os serviços intermédios, destinados às famílias e às empresas, pelo dinamismo que evidenciam.

Mas a que se deve, na óptica dos autores agora referidos, esta crescente integração, que uma classificação mais pertinente dos serviços, o recurso a instrumentos analíticos mais elaborados e uma concepção mais abrangente do conceito de «terciarização» tornam bem evidente?

Dois factores explicativos têm vindo a perfilar-se com maior insistência. Em primeiro lugar, a *intensificação da divisão do trabalho*, quer entre

⁷ Refira-se, no entanto, que alguns dos autores que mais se preocuparam com a evolução da estrutura ocupacional (Touraine, por exemplo) iniciavam já essa tendência, embora de uma forma menos marcada e, sobretudo, menos sistemática.

empresas, quer no seu seio; complementarmente, a *crecente desmaterialização dos processos produtivos*, consequência de transformações de carácter tecnológico (automatização, novas tecnologias de informação, etc.). Ambas as componentes contribuem de forma activa para a expansão das funções de serviços, independentemente de serem desenvolvidos em empresas «terciárias» autónomas ou no interior de unidades industriais ou agrícolas.

Alguns autores (Stanback *et al.*, 1981, e Noyelle, 1987, por exemplo) enquadram este conjunto de modificações no âmbito de recomposições estruturais: a emergência de um novo sistema económico, que designam por *new economy*, substituindo gradualmente a lógica do modelo do pós-guerra, em decadência a partir da década de 60; noutros, contudo, essa visão estrutural é menos evidente, surgindo os vários factores explicativos insuficientemente contextualizados, de forma quase atomística.

Para todos, no entanto, parece indiscutível *que não se verifica um recuo da base material das sociedades contemporâneas*. Isto é, as actividades «produtivas», e particularmente a indústria, permanecem os motores por excelência da dinamização das economias actuais. Momigliano e Siniscalco (1986), por exemplo, chamam a atenção para o facto de o *subsistema industrial* (sector manufactureiro e serviços com ele directa ou indirectamente relacionados) reforçar o seu peso percentual no que se refere ao emprego, resultado que, para estes autores, constitui, só por si, um argumento suficiente para questionar a passagem a uma sociedade pós-industrial (no sentido de sociedade baseada na produção e consumo de serviços finais). Não se nega o predomínio estatístico das actividades terciárias em termos de emprego ou produto (contra factos...), nem a existência de uma relação global entre nível de terciarização e rendimento *per capita* (ainda a força da «realidade empírica»...); o que se põe em causa, isso sim, é que da primeira tendência se infira mecanicamente a passagem a uma sociedade pós-industrial e que, em relação ao segundo aspecto, se invoque a expansão dos serviços finais como factor central do processo de terciarização.

3. E AGORA?

É óbvio que as teses que encaram a terciarização como um processo de transformação intersectorial não só se consolidaram, em boa medida, por reacção às perspectivas filiadas na teoria dos sectores económicos, como não puseram em causa vários dos elementos essenciais do quadro de referências teóricas previamente utilizado.

Uma visão que poderemos designar como «neo-industrialista» constitui, desde logo, o sintoma mais marcante do carácter *reactivo* daquelas teses. Como lembra Natoli (1986), a identificação entre desenvolvimento e industrialização, ainda que reconhecendo-se a existência de formas de interacção sucessivamente mais complexas, *pode* favorecer a persistência da oposição entre uma terciarização *fisiológica* (articulada com a indústria e a agricultura) e uma outra *patológica*, com conotações parasitárias, que penaliza os serviços não necessariamente funcionais à produção material (desenvolvimento cultural, solidariedade social, etc.). E, como afirmam

Delauny e Gadrey (1987), «apenas se realizará uma verdadeira revolução epistemológica no que se refere ao modo de encarar a expansão dos serviços quando se admitir que uma parte deles (talvez crescente) obedece a uma lógica de formação relativamente autónoma do sistema industrial e do espaço dos bens» (p. 141).

Sobretudo nalguns autores de inspiração marxista, domínio em que o carácter produtivo ou improdutivo dos serviços alimentou acesos debates, persiste a tendência para uma visão demasiado limitada no que se refere à relação existente entre desenvolvimento, expansão dos serviços e indústria. Walker (1985), por exemplo, após considerar as teses da emergência de uma economia de serviços como uma verdadeira *fraude*, afirma que o actual processo de terciarização corresponde basicamente à extensão, aperfeiçoamento e aprofundamento das actividades clássicas da economia industrial, de modo a assegurar a constituição da superestrutura da indústria moderna.

É verdade que os vários autores englobados no segundo bloco de perspectivas defendem a existência de comportamentos heterogéneos no seio das actividades terciárias, deixando pressupor, portanto, a ocorrência de factores explicativos igualmente diversificados; não é menos certo, contudo, que a insistência em relação ao papel dinamizador dos consumos intermédios os leva, a maioria das vezes, a relegar para um plano demasiado subalterno elementos que se têm vindo a revelar cruciais, como a *intervenção directa ou indirecta do Estado* ou ainda as *exportações como destino final*, facto este tão importante num contexto de crescente internacionalização dos serviços⁸. Simultaneamente, estudos empíricos recentes (Gadrey, 1987) permitem levantar algumas dúvidas sobre a verdadeira amplitude da expansão dos serviços intermédios de apoio à produção, cujo peso relativo no conjunto dos diversos serviços parece antes tender, pelo menos em França e a partir de 1970, para uma certa estabilidade.

A esta visão «neo-industrialista» associam-se, por sua vez, interpretações *demasiado economicistas*. De uma forma geral, não se pode deixar de concordar com Urry (1987), quando denuncia a insuficiente atenção que tem sido prestada a factores de carácter social: expansão de «formas socializadas de trabalho improdutivo», recomposição da estrutura e das lutas sociais e crescente afirmação do segmento que designa de «*service class*», etc.

Também Invernizzi (1985) insiste na necessidade de se complementarem as interpretações dominantes da crescente terciarização dos sistemas produtivos (que privilegiam aspectos económicos) com outras de carácter mais sociológico, onde o *indivíduo* e as *organizações* sejam explicitamente contemplados. Gadrey (1987) vai mesmo mais longe, sublinhando o facto de o elemento central da nova economia de serviços não ser de carácter tecnológico, embora possua óbvias dimensões nesse campo, mas antes de ordem social.

⁸ De acordo com as estimativas efectuadas por Green (1985), o acréscimo médio anual da procura de serviços para exportação no conjunto da Comunidade Europeia e durante o período de 1975-82 foi de 6,9%; simultaneamente, os incrementos relativos ao consumo de serviços pela indústria (3,6%), pelos próprios serviços (3,1%) e pelas famílias (2,4%) foram bastante mais modestos.

É ainda o empolamento de factores explicativos económicos que constitui um dos alvos centrais de recentes críticas à tese da crescente interiorização de serviços por parte dos agregados domésticos, na versão defendida por Gershuny e outros autores no final dos anos 70 e início da década seguinte⁹. Invocando elementos diversos, como o tempo disponível ou a estrutura demográfica das famílias, Silver (1987) e Gadrey (1987), por exemplo, realçam os limites do processo de substituição, por parte dos agregados domésticos, de serviços por bens de consumo duradouro, questionando abertamente a tese da crescente afirmação de uma economia de *self-service*.

Também a dependência em relação a alguns elementos centrais dos quadros teóricos anteriores se traduz por diversas insuficiências. A mais evidente reside, talvez, no papel central atribuído à *procura* (embora deslocada para o consumo intermédio em detrimento dos serviços finais), continuando a descurar-se o lado da oferta. Mas é, ainda assim, na própria razão de ser de muitas das dicotomias subjacentes às várias teses referenciadas — bens *versus* serviços, produção *versus* consumo, oferta *versus* procura, carácter intermédio *versus* final, etc. — que se podem encontrar alguns dos obstáculos mais importantes a um entendimento rigoroso da génese e significado da actual expansão dos serviços.

Diversos autores têm justamente sublinhado a necessidade de uma profunda reformulação conceptual e metodológica, que permita superar o recurso a categorias analíticas cuja obsolescência parece evidente: economia de funções (Barcet *et al.*, 1984), *continuum* bem-serviço (Bailly *et al.*, 1987), «compactos» de bens, bens/serviços e serviços, empresa-rede e matrizes de integração tecno-relacional (Bressand e Nicolaidis, 1988), simultaneidade produção/consumo e definição do «processo de utilização» como nova fronteira económica (Barcet e Bonamy, 1988) constituem algumas das propostas desta renovação indispensável.

Apesar de tudo, e como reconhece Noyelle, um dos especialistas mais credenciados no domínio dos serviços, «estamos ainda numa fase demasiado inicial do desenvolvimento desta nova economia para que seja possível entender convenientemente as direcções que está a tomar» (Noyelle, 1987, p. 3).

4. ENTENDER OS SERVIÇOS: ESBOÇO DE UM ESQUEMA METODOLÓGICO

Os contributos anteriores permitem-nos reconhecer a necessidade de integrar os serviços numa visão que, sendo *estrutural*, contemple a *multidimensionalidade* dos comportamentos, factores explicativos e implicações detectáveis.

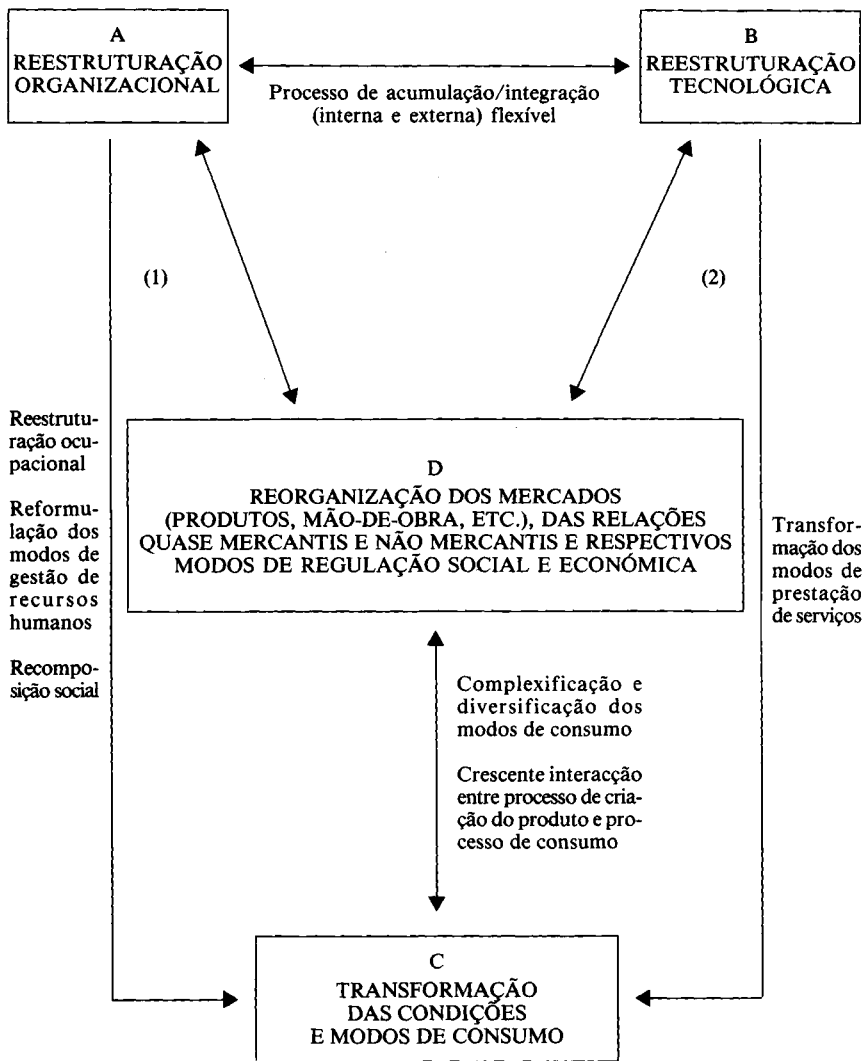
Uma maior preocupação por contextualizar as reestruturações em curso e uma postura mais sensível à crescente complexidade das interacções existentes tornam indispensável o recurso a um esquema metodológico que assegure, de forma flexível e mesmo que provisoriamente, um entendi-

⁹ Uma reinterpretação mais matizada daquela tese pode ver-se em Gershuny (1987).

mento articulado e integrador do actual processo de expansão e recomposição dos serviços.

É justamente um primeiro esboço de enquadramento metodológico que se propõe no esquema. Aí, o «núcleo duro» dos elementos e relações a levar em conta é sucintamente apresentado.

Esquema metodológico para análise do processo de reestruturação dos serviços



- (1) Articulação produção de massa (pequenas séries)/consumo personalizado e diversificação de actividades/especialização produtiva; recomposição da divisão do trabalho entre empresas e no seu seio; reinserção da economia doméstica.
 (2) Crescente internacionalização dos serviços, acompanhada por reformulações na DIT num contexto de liberalização do comércio externo e consequente intensificação da concorrência.

Reestruturas organizacionais (A) e tecnológicas (B) e transformações das condições e modos de consumo (C) constituem três pontos de referência fundamentais, mas que apenas podem ser devidamente compreendidos através das relações —mercantis ou não— que empresas e agregados domésticos estabeleçam tanto no seu seio como com o exterior. Os contextos institucional e sociocultural permitem, simultaneamente, entender os modos de regulação mais ou menos formalizados que tendem a modelar essas relações (D).

Para fins meramente analíticos, é possível centrar a atenção sobre o tipo de interações que se geram entre cada par de elementos (ver esquema). Mas é a globalidade do movimento que importa apreender, a arquitectura dos fluxos, a intensidade e as modalidades de interacção que, para cada caso, condicionam de forma decisiva os resultados e tendências em análise.

Pretender captar, de um modo dinâmico, tal complexidade de relações pode conduzir-nos a um novelo (teórico e metodológico) demasiado emaranhado. Impõe-se, portanto, multiplicar os estudos empíricos neste domínio, promover o confronto entre perspectivas distintas, estimular, em suma, o debate em torno de um tema que, pelas suas ramificações —da recomposição social à emergência de novas configurações espaciais, da transformação das condições de emprego às actuais lógicas de especialização e concorrência internacionais—, tenderá certamente a polarizar a atenção de técnicos e cientistas com interesses muito variados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABLER, R., e ADAMS, J. S. (1977), «The Industrial and Occupational Structure of the American Labor Force», in *Papers in Geography*, 15, Pennsylvania State University.
- ARCHAMBAULT, E. (1985), «Le Travail Domestique et l'Emploi Tertiaire: Substitution ou Complémentarité?», in M. Vernières (coord.), *L'Emploi du Tertiaire*, Economica, Paris, pp. 189-206.
- BAILLY, A., e MAILLAT, D. (1986), *Le Secteur Tertiaire en Question. Activités de Service, Développement Économique et Spatial*, Éditions Anthropos, Paris.
- BAILLY, A., et al. (1987), «Les Services et la Production: Pour un Réexamen des Secteurs Économiques», in *L'Espace Géographique*, n.º 1, pp. 5-13.
- BARCET, A. (1987), «Tertiariation de l'Économie, Marché du Travail et Emplois», in *Économie et Humanisme*, n.º 295, pp. 44-53.
- BARCET, A., e BONAMY, J. (1988), «Services et Transformation des Modes de Production», in *Revue d'Économie Industrielle*, n.º 43, pp. 206-217.
- BARCET, A., BONAMY, J., e MAYÈRE, A. (1984), «Les Services aux Entreprises: Problèmes Théoriques et Méthodologiques», in *Recherches Économiques et Sociales*, n.º 9, pp. 119-135.
- BELL, D. (1973), *The Coming of Post-Industrial Society. A Venture in Social Forecasting*, Heinemann, Londres.
- BLACKABY, F. (ed.) (1978), *Deindustrialisation*, Heinemann, Londres.
- BLUESTONE, J., e HARRISON, B. (1982), *The Deindustrialisation of America. Plant Closings, Community Abandonment and the Dismantling of Basic Industry*, Basic Books, Nova Iorque.
- BRAIBANT, M. (1982), «Le Tertiaire Insaisissable?», in *Économie et Statistique*, n.º 146, pp. 3-17.
- BRESSAND, A., e NICOLAÏDIS, K. (1988), «Les Services au Cœur de l'Économie Relationelle», in *Revue d'Économie Industrielle*, n.º 43, pp. 141-164.
- BROWNING, H. C., e SINGELMANN, J. (1975), *The Emergence of a Service Society*, National Technical Information Service, Springfield Va.

- BROWNING, H. C., e SINGELMANN, J. (1978), «The Transformation of the U. S. Labor Force: The Interaction of Industry and Occupation», in *Politics and Society*, n.º 8, pp. 481-509.
- CLARK, C. (1940), *The Conditions of Economic Progress*, MacMillan, Londres.
- CUADRADO ROURA, J. R., e GONZÁLEZ MORENO, M. (1987), *El Sector Servicios en España*, Biblioteca de Economía Española, Ediciones Orbis, Barcelona.
- DANIELS, P. W. (1983), *Service Industries. A Geographical Appraisal*, Methuen, Londres.
- DE BANDT, J. (ed.) (1985), *Les Services dans les Sociétés Industrielles*, Economica, Paris.
- DELAUNY, J. C., e GADREY, J. (1987), *Les Enjeux de la Société de Service*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris.
- FISHER, A. G. B. (1933), «Capital and the Growth of Knowledge», in *Economic Journal*.
- FISHER, A. G. B. (1935), *The Clash of Progress and Security*, MacMillan, Londres.
- FISHER, A. G. B. (1939), «Production, Primary, Secondary and Tertiary», in *Economic Record*, n.º 15, pp. 24-38.
- FISHER, A. G. B. (1952), «A Note on Tertiary Production», in *The Economic Journal*, vol. LXII, n.º 248, pp. 820-834.
- FONTAINE, C. (1988), «Le Développement des Activités de Service aux Entreprises et dans les Entreprises», in *Revue d'Économie Industrielle*, n.º 43, pp. 6-19.
- FOURASTIÉ, J. (1949), *Le Grand Espoir du XX^e Siècle*, PUF, Paris (edição definitiva: 1958).
- FOURASTIÉ, J. (1952), *La Productivité*, col. «Que sais-je?», n.º 557, PUF, Paris.
- FUCHS, V. R. (1968), *The Service Economy*, Columbia University Press, Nova Iorque.
- GADREY, J. (1987), «The Double Dynamics of Services», in G. Akehurst e J. Gadrey, *The Economics of Services*, Frank Cass, Londres.
- GADREY, J. (1988), «Des Facteurs de Croissance des Services aux Rapports Sociaux de Service», in *Revue d'Économie Industrielle*, n.º 43, pp. 34-48.
- GERSHUNY, J. I. (1978), *After Industrial Society? The Emerging Self-Service Economy*, MacMillan, Londres.
- GERSHUNY, J. I. (1987), «Time Use and the Dynamics of the Service Sector», in G. Akehurst e J. Gadrey, *The Economics of Services*, Frank Cass, Londres.
- GERSHUNY, J. I., e MILES, I. (1983), *The New Service Economy. The Transformation of Employment in Industrial Societies*, Frances Pinter, Londres.
- GOTTMANN, J. (1961), *Megalopolis: the Urbanised Northeastern Seaboard of the United States*, The Twentieth Century Fund, Nova Iorque.
- GOTTMANN, J. (1983), *The Coming of the Transactional City*, University of Maryland, Institute for Urban Studies, Maryland.
- GREEN, M. J. (1985), «The Development of Market Services in the European Community, the United States and Japan», in *European Economy*, n.º 25, pp. 71-100.
- GREENFIELD, H. I. (1966), *Manpower and the Growth of Producer Services*, Columbia University Press, Nova Iorque.
- HIRSCHHORN, L. (1987), «L'Économie Post-Industrielle: quel Travail, quelle Compétence, pour un Nouveau Mode de Production?», in *Économie et Humanisme*, n.º 295, pp. 25-43.
- HOWELLS, J. (1987), «Technological Innovation, Industrial Organisation and Location of Services in the European Community: Regional Development Prospects and the Role of Information Services», in *Fast Occasional Papers*, n.º 142.
- INVERNIZZI, E. (1985), *Terziario Avanzato e Nuove Professioni. Il Caso delle RP*, Franco Angeli, Milão.
- KATOZIAN, M. A. (1970), «The Development of the Service Sector: a New Approach», in *Oxford Economic Papers*, vol. 22, n.º 3, pp. 362-382.
- KUZNETS, S. (1956), «Quantitative Aspects of the Economic Growth of Nations, I: Levels and Variability of Rates of Growth», in *Economic Development and Cultural Change*.
- KUZNETS, S. (1966), *Modern Economic Growth: Rates, Structure and Spread*, Yale University Press, New Haven.
- LIPJETZ, A. (1980), «Le Tertiaire, Arborescence de l'Accumulation Capitaliste: Prolifération et Polarisation», in *Critiques de l'Économie Politique*, n.º 12, pp. 37-69.
- MACHLUP, F. (1962), *The Production and Distribution of Knowledge in the United States*, Princeton University Press, New Jersey.
- MARSHALL, J. N. (ed.) (1988), *Services and Uneven Development*, Oxford University Press, Oxford.
- MOMIGLIANO, F., e SINISCALCO, D. (1980), «Terziario Totale e Terziario per il Sistema Produttivo», in AA. VV., *Il Terziario nella Società Industriale*, Franco Angeli, Milão.
- MOMIGLIANO, F., e SINISCALCO, D. (1982), «Note in Tema di Terziarizzazione e Deindustria-lizzazione», in *Moneta e Credito*, pp. 139-177.

- MOMIGLIANO, F., e SINISCALCO, D. (1986), «Mutamenti nella Struttura del Sistema Produttivo e Integrazione tra Industria e Terziario», in L. Pasinetti (ed.), *Mutamenti Strutturali del Sistema Produttivo*, Il Mulino, Bolonha, pp. 13-59.
- NATOLI, G. (1986), «L'Avvento Post-Industriale in Italia», in *Sociologia del Lavoro*, n.º 28, pp. 161-179.
- NOYELLE, T. J. (1987), *Beyond Industrial Dualism. Market and Job Segmentation in the New Economy*, Westview Press, Boulder.
- NOYELLE, T. J., e STANBACK, T. M. (1984), *The Economic Transformation of American Cities*, Rowman e Allanheld, Totowa, New Jersey.
- OCHEL, W., e WEGNER, M. (1986), «The Role and Determinants of Services in Europe», in *Fast Occasional Papers*, n.º 132.
- PASINETTI, L. (ed.) (1986), *Mutamenti Strutturali del Sistema Produttivo. Integrazione Tra Industria e Settore Terziario*, Il Mulino, Bolonha.
- PETIT, P. (1988), «Tertiariation, Croissance et Emploi: quelles Nouvelles Logiques», in *Revue d'Économie Industrielle*, n.º 43, pp. 164-178.
- POLESE, M. (1974), «Le Secteur Tertiaire et le Développement Économique Régional», in *L'Actualité Économique*, vol. 50, n.º 4, pp. 479-490.
- PORAT, M. (1977), *The Information Economy: Definition and Measurement*, Office of Telecoms, Washington DC.
- ROSTOW, W. W. (1963), *Les Étapes de la Croissance Économique*, Éditions du Seuil, Paris.
- SABOLO, Y. (1975), *The Service Industries*, International Labour Office, Genebra.
- SILVER, H. (1987), «Only so Many Hours in a Day: Time Constraints, Labour Pools and Demand for Consumer Services», in G. Akehurst e J. Gadrey, *The Economic of Services*, Frank Cass, Londres.
- STANBACK, T. M. (1979), *Understanding the Service Economy: Employment, Productivity and Location*, The John Hopkins University Press, Baltimore e Londres.
- STANBACK, T. M., et al. (1981), *Services: the New Economy*, Rowman e Allanheld, Totowa, New Jersey.
- STIGLER, G. J. (1956), *Trends in Employment in the Service Industry*, Princeton University Press, Princeton.
- TEIXEIRA, J. A. (1987), *Emprego nos Serviços e Polarização Inter-Regional em Portugal*, dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa (policopiado).
- TOURAINÉ, A. (1969), *La Société Post-Industrielle*, Éditions Denoël, Paris (tradução portuguesa: Moraes Editores, Lisboa, 1970).
- URRY, J. (1987), «Some Social and Spatial Aspects of Services», in *Environment and Planning D: Society and Space*, n.º 5, pp. 5-26.
- WALKER, R. A. (1985), «Is There a Service Economy? The Changing Capitalist Division of Labour», in *Science & Society*, vol. XLIX, n.º 1, pp. 42-83.